

# Tribunal de Justiça do Estado de SP comemora 130 anos com exposição

Quem quiser conhecer a história do Poder Judiciário paulista e a de um dos mais belos prédios da cidade tem até o final do mês para visitar a exposição comemorativa dos 130 anos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, na Praça da Sé, ao lado da catedral. São vários painéis com fotos antigas de pessoas que colaboraram para o desenvolvimento da Justiça, política, arte, cultura e progresso do Estado.

A mostra é parte do acervo do Museu do Tribunal, criado em 1995 e coordenado pelo desembargador Emerich Lévy. A visitação pública pode ser feita de segunda a sexta-feira, das 10 às 18 horas, no Salão dos Passos Perdidos, 2º andar, mesmo pavimento onde está o museu, cuidado com muito esmero pelo magistrado.

A primeira surpresa da exposição para o visitante é a colher de pedreiro, usada pelo governador do Estado (na época, chamava-se presidente) Altino Arantes, em fevereiro de 1920, para fincar a pedra fundamental do prédio. A construção se estenderia pelos próximos 13 anos, baseada em planta do arquiteto Ramos de Azevedo, que morreu em 1928, antes de o edifício ser inaugurado em janeiro de 1933. O prédio foi tombado pelo Patrimônio Histórico em 1981.

O Tribunal teve vários endereços no centro da cidade até se estabelecer definitivamente no famoso prédio da Praça Clóvis Beviláacqua. Após a construção do Metrô, essa antiga praça juntou-se à da Sé, formando uma só.

**Passado e Revolução** - O Museu do Tribunal de Justiça ocupa três salas. Na primeira, há documentos, peças e vestimentas forenses. Entre os jornais antigos, há um que traz na primeira página, da edição de 14 de maio de 1888, a íntegra da Lei Áurea, assinada pela Princesa Isabel, que pôs fim à escravidão no Brasil.

Há muitos quadros nas paredes, como o do ministro da Justiça em 1874, Duarte de Azevedo. A mais antiga das relíquias é uma vara de madeira, de mais ou menos 1,5 metro, usada pelos magistrados na época do Brasil Colônia. "A peça era símbolo da autoridade do juiz", explica Lévy. Curiosamente, através dos anos, a palavra vara passou a significar unidades da Justiça.

**Iniciativa é do Museu do Tribunal, criado há nove anos para preservar a história da Justiça paulista e do famoso prédio da Praça da Sé**



Prédio foi inaugurado em 1933 e tombado pelo Patrimônio Histórico em 1981. No alto, o desembargador Lévy, coordenador do Museu

A segunda sala é dedicada à Revolução Constitucionalista de 1932, movimento paulista de repercussão nacional. No local, o visitante observa armamentos, fardas, cartazes enaltecen-

do a causa, publicações, fotos e utensílios dos soldados.

A última sala do museu é o antigo plenário do primeiro tribunal do júri, desativado há dez anos. Tem rico mobi-

liário da primeira metade do século 20, repleto de entalhes e adornos na madeira envernizada. Há também bustos de bronze de juristas célebres. O desembargador Lévy conta que um dos últimos julgamentos famosos ali realizados foi o do cantor Lindomar Castilho, há 20 anos, pelo assassinato da esposa.

O Tribunal de Justiça do Estado tem 132 desembargadores, título constitucional e vitalício e está dividido em três seções: Direito Público (nove câmaras de julgamento), Direito Privado (10 câmaras) e Seção Criminal, com seis câmaras. De acordo com o Relatório de Gestão, no ano passado entraram na casa 162.313 processos judiciais, superando os 146.487 de 2001.

**Repórteres: Otávio Nunes e Rogério Silveira**

**Fotos: Fernandes Dias Pereira e Cleo Velleda**  
Da Agência Imprensa Oficial



Exposição mostra fotos e texto sobre a evolução da Justiça no Estado de São Paulo

## Secretário da Justiça de São Paulo recebe homenagem do Tribunal de Justiça

O Secretário da Justiça e Defesa da Cidadania, Alexandre de Moraes, foi um dos agraciados que receberam a comenda Colar do Mérito Judiciário em solenidade realizada no Tribunal de Justiça de São Paulo. Foram contemplados também José Arnaldo da Fonseca, ministro do Supremo Tribunal de Justiça, e Néelson Kojranski, advogado e conselheiro do Instituto dos Advogados do Brasil.

Em 30 anos, somente nove secretários estaduais receberam o prêmio. Cláudio Antonio Mesquita Pereira, ex-presidente do Instituto dos Advogados do Brasil, agraciado com o Colar do Mérito, em 1998, explica que o processo de escolha é realizado por uma

**Colar do Mérito é reconhecimento especial concedido a magistrados, promotores e advogados que se destacaram na área**

comissão composta por desembargadores, os quais decidem e votam a indicação de nomes para a entrega do prêmio.

"Para ser contemplado, o aspirante deve ter maioria absoluta na votação dos nomes. E a homenagem somente é concedida quando a pessoa em questão realmente se destacou no exercício jurídico", explica Mesquita Pereira.

Alexandre de Moraes, 35 anos, é o mais jovem jurista paulista a receber o prêmio e o primeiro secretário de Estado contemplado no exercício do cargo.

O presidente da Imprensa Oficial, Hubert Alquéres, compareceu à solenidade e falou sobre o homenageado. "O secretário Alexandre de Moraes demonstra que as novas gerações sempre podem nos surpreender e criar condições para um futuro melhor."



Prêmio é reconhecimento pela contribuição do secretário ao estudo do Direito